

(c) 1986 by EDITORA ATLAS S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)
Caixa Postal 7186 – Tel.: (011) 221-9144 (PABX)
01203 São Paulo (SP)

1ª Edição – Maio – 1986

ISBN 85-224-0148-9

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, salvo com autorização, por escrito, do Editor.

Diagramação
Pavel Gerencer

Capa
Paulo Ferreira Leite

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A688h Araujo, Carlos Roberto Vieira.
História do pensamento econômico : uma abordagem introdutória / Carlos Roberto Vieira Araujo. -- São Paulo : Atlas, 1986.

Bibliografia.
ISBN 85-224-0148-9

1. Economia 2. Economia — História I. Título.

CDD-330.09
86-0539 --330.1

Índices para catálogo sistemático:

- 1. Economia : História 330.09
- 2. Economia : Sistemas e teoria 330.1
- 3. Pensamento econômico : História 330.09
- 4. Teorias econômicas 330.1

KEYNES. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo, Ática, 1978.

Além do seu valor intrínseco, esta obra apresenta ótima bibliografia sobre Keynes. Há uma ordenação das obras completas desse autor, conforme a cronologia de seu aparecimento original, bem como o cronograma seguido pela editora Macmillan, de Londres, para a publicação científica dessas obras.

DILLARD, Dudley. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*, São Paulo, Pioneira, 1982.

Trata-se de um clássico sobre a obra de Keynes. No final de cada capítulo, o autor apresenta vasta bibliografia para consulta.

PREBISCH, Raúl. *Introdução a Keynes*, México, Fondo de Cultura económica, 1971.

Livro pequeno, didático e muito bem feito que procura explicar as idéias de Keynes para leigos.

ROBINSON, Joan. *Introdução à teoria do emprego*. Rio de Janeiro, Forense — Universitária, 1982.

Esse livro foi editado pela primeira vez em 1937, um ano após o lançamento da *Teoria geral*. O objetivo explícito da autora é explicar a novidade e os pontos mais controversos da obra máxima de Keynes a pessoas pouco habituadas ao jargão econômico.

Ler também, se possível, os livros de Hyman Minsky e de Victoria Chick, mencionados no texto.

14

Michal Kalecki (1899-1970)

14. 1 A PROBLEMÁTICA

Kalecki passou grande parte de sua vida preocupado em explicar o crescimento e os ciclos das economias capitalistas. Neste esforço, chegará a conclusões muito próximas às de Keynes, e o *princípio da demanda efetiva* terá papel fundamental em toda sua obra. Por essa razão, alguns autores o classificam como keynesiano. Acrescenta-se a isto o fato de Kalecki ter vivido alguns anos na Inglaterra. Trabalhou e estudou na London School of Economics, Cambridge e Oxford, de 1936 a 1945. Por essa mesma época, Keynes publica *Teoria geral* (1936) e os economistas passam a discutir com veemência os temas aí expostos. Vivendo e escrevendo nesse ambiente, e defendendo o mesmo *princípio da demanda efetiva*, era natural que os menos avisados o classificassem como um dos discípulos de Keynes.

No entanto, a visão de Kalecki tem raízes diversas. Ele vem da escola marxista. Em 1933, três anos antes do aparecimento da *Teoria geral*, Kalecki, ainda na Polônia, publicara *Esboço de uma teoria do ciclo econômico*, pequeno trabalho onde apresenta e desenvolve o princípio da demanda efetiva. Este trabalho, com pequenas modificações, foi republicado em francês e inglês (1935).¹

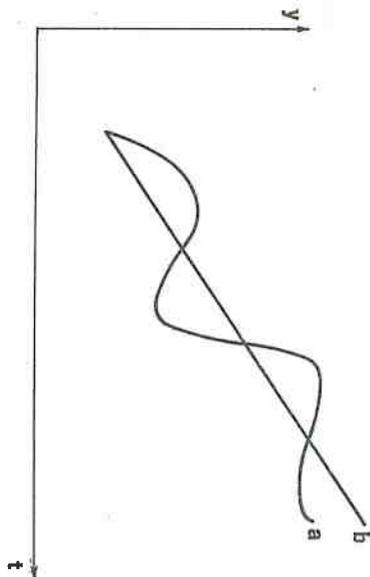
Não há dúvida de que a problemática de Keynes e Kalecki é muito semelhante, assim como a resposta de ambos a esta problemática. Eles estavam preocupados com o desemprego, a capacidade ociosa e a queda do nível de renda nacional. A grande depressão de 1929-33 que alcançara Inglaterra, Estados Unidos e os principais países capitalistas atingira também a Polônia cuja produção em 1933 era apenas 46% da produção de 1928.

¹ Ver: Essai d'une théorie du mouvement cyclique des affaires. *Revue d'Economie Politique*, n.2, 1935; e A macrodynamic theory of business cycle. *Econometrica*, n. 3, 1935.

94393678

Ao tentar explicar esta situação, Kalecki defrontar-se-á com o problema da demanda efetiva e dos ciclos econômicos. Os próprios títulos de seus trabalhos revelam-nos que esses serão os temas que o absorverão pelo resto da vida. Como as economias capitalistas crescem? Quais as causas das oscilações cíclicas, nestas economias? Porque elas crescem de maneira cíclica?

Esquemáticamente.



A figura anterior ilustra a problemática kaleckiana. A linha *b* indica o crescimento. A linha *a* indica os ciclos. Kalecki tentou explicar separadamente o crescimento e os ciclos, que ele chamou de ciclos puros, por serem ciclos sem crescimento (os ciclos seriam horizontais, como numa economia estacionária). Sua ambição, porém, era achar uma explicação que integrasse, num mesmo modelo, o crescimento e o ciclo. Em junho de 1968, ele publica Tendência e Ciclo Econômico (*Economic Journal*), tendo este tipo de modelo.

O comportamento cíclico da economia é provocado por alterações na demanda efetiva, cujo principal componente (como em Keynes) é o investimento privado.

Há, contudo, duas grandes diferenças entre Keynes e Kalecki. Kalecki preocupa-se também com o longo prazo, como atestam seus estudos sobre o crescimento econômico. Keynes restringe-se ao curto prazo. Além disso Kalecki estuda as economias capitalistas levando em conta as classes sociais. Para ele, não existe uma função-consumo genérica. Existe consumo dos capitalistas e consumo dos trabalhadores. Existem lucros e salários e a articulação entre estas categorias é fundamental para explicar a dinâmica do sistema.

14.2 A OBRA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Kalecki publicou inúmeros trabalhos e alguns livros. Toda esta obra versa sobre três temas principais:

- economias capitalistas desenvolvidas;
- economias socialistas;
- economias subdesenvolvidas.

A maior parte de sua obra aborda problemas das economias capitalistas avançadas.

Seu estilo é conciso. Com freqüência, recorre a expressões matemáticas para tornar mais compacto o desenvolvimento de seu raciocínio.

Não é uma obra fácil e não deve ser lida com rapidez. Seu principal livro sobre economias capitalistas desenvolvidas leva o nome de *Theory of economic dynamics* e é de 1954. Foi lançado em português, pela Abril Cultural, com o nome de *Teoria da dinâmica econômica*.

14.3 DADOS BIOGRÁFICOS

Michal Kalecki nasceu em Lodz (1899) e morreu em Varsóvia (1970).

Filho de família judia de classe média, sua infância e juventude coincidem com um período de grandes transformações sociais e políticas, na Polónia e no resto do mundo. Datam dessa época a Primeira Guerra Mundial (1914-18), a revolução russa (1917), o surgimento do Estado polonês independente, após mais de um século de ocupação estrangeira (1918), bem como todo um conjunto de profundas alterações no mapa político da Europa.

Em 1917, Kalecki ingressa na Escola Politécnica de Varsóvia. Dois anos depois tem de trocar os estudos pelo serviço militar. Em 1921, volta à Escola Politécnica, agora, em Gdansk, mas em 1923 interrompe novamente os estudos para sustentar a família.

Na escola, entretanto em contato com a economia marxista através das obras de Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo. A partir desse momento, seus interesses intelectuais se definem.

Em 1927 muda para Varsóvia e, dois anos depois, ingressa no *Instituto de Pesquisa de Conjuntura Econômica e Preços*. Neste instituto, realiza muitos estudos empíricos e leva a cabo uma pesquisa pioneira sobre a renda nacional da Polónia, sob a direção do grande estatístico Landau. De 1927 a 32 suas pesquisas versam sobre estudos empíricos. A partir de 1935, começam a surgir seus primeiros trabalhos sobre teoria econômica. Datam desse ano o *Esboço de uma teoria do ciclo econômico* e *Comércio internacional e "exportações internas"*. Por exportações internas ele enten-

de os *gastos do governo*. Já nesta época, Kalecki procura mostrar teoricamente os efeitos positivos dos gastos governamentais nos lucros dos capitalistas e na ampliação da renda nacional.

A expressão *exportações internas* merece esclarecimento. Ela tem raízes na obra de Rosa Luxemburgo. Para esta autora, o capitalismo só poderá sobreviver enquanto existirem regiões ou espaços não capitalistas capazes de absorver a produção capitalista. Estes espaços não capitalistas, para os quais os países capitalistas exportam, não são necessariamente outros países. Podem ser os setores não capitalistas no interior de um país capitalista, como é o caso da economia camponesa e do governo.

Kalecki mostrará (corrigindo Rosa Luxemburgo) que o importante, nestes casos, é o saldo líquido das exportações (exportações menos importações) e não o volume total de exportações.

Ao falar dos gastos governamentais, ele salienta a repercussão positiva destes gastos na economia, mas tem o cuidado de mostrar que o aumento da atividade econômica daí resultante leva também ao aumento das importações e, neste caso, o importante é o saldo e não o aumento bruto da renda.

Em 1935 Kalecki ganha uma bolsa de estudo. Resolve ir para a Suécia, onde, no momento, Gunnar Myrdal estava preocupado com problemas teóricos semelhantes aos seus. Desiludido com os supostos teóricos de Myrdal, ele parte para a Inglaterra, no ano seguinte (1936), onde, com a recente publicação da *Teoria geral*, encontraria clima propício a suas pesquisas.

Inicia na London School of Economics, passando depois para Cambridge, onde encontra Keynes e aumenta sua amizade por Joan Robinson e Piero Sraffa. Em janeiro de 1940 transfere-se para Oxford, onde permanece até o fim da guerra.

Em 1946 volta à Polônia, mas, descontente com a política stalinista de seu governo, parte para New York, onde trabalha no departamento econômico das Nações Unidas. Permanece em seu posto até 1954, quando se demite por questões de princípio.

Em 1955 está novamente na Polônia e aí permanece até 1968. Neste ano, com a perseguição movida pelo governo a alguns de seus melhores amigos e colegas, Kalecki demite-se mais uma vez. A personalidade deste homem é extremamente coerente. Três vezes ele deixa cargos e funções em solidariedade a amigos perseguidos ou por coerência de princípios. Em 1937, já na Inglaterra, demite-se do *Instituto de Pesquisa de Conjuntura Econômica e Preços* em solidariedade a Landau, seu antigo superior nesse instituto, e que perdera o cargo a mando do governo polonês. Em 1954 demite-se do departamento econômico das Nações Unidas porque, sob a influência da guerra-fria e do macartismo, alteraram um relatório orientado por ele sobre a situação econômica da China popular. Em 1968, abandona todas as funções e cargos na Polônia e recusa-se mesmo a escrever em seus jornais, porque um governo sectário perseguiu seus colegas.

Morre em 1970 reconhecido como um dos maiores economistas deste século e deixando atrás de si uma obra notável.

14.4 A RENDA NACIONAL E OS DETERMINANTES DO LUCRO (EQUAÇÃO SIMPLES)

Kalecki inicia seu estudo do capitalismo separando os agentes econômicos em duas classes sociais, capitalistas e trabalhadores. Supõe, inicialmente, uma economia fechada (sem comércio exterior) e sem governo. Supõe ainda que os trabalhadores gastam tudo o que ganham (não pouparam). Tendo em mente estes supostos, divide a economia em três setores ou departamentos:

- Departamento I (produtor de bens de produção).
- Departamento II (produtor de bens de consumo para os capitalistas).
- Departamento III (produtor de bens de consumo para os trabalhadores).

No quadro a seguir, usamos os seguintes símbolos:

- P — lucro
- W — salário
- I — investimento
- C_c — consumo dos capitalistas
- C_w — consumo dos trabalhadores

Os diversos índices numéricos indicam os departamentos a que pertencem os símbolos. Por exemplo, P_1 significa o lucro do Departamento I, W_2 significa a massa de salário paga no Departamento II etc.

Para simplificar o raciocínio, ele supõe que os bens intermediários são produzidos pelos próprios departamentos que os utilizam. Temos, então:

Departamento I	Departamento II	Departamento III	
P_1	P_2	P_3	P
W_1	W_2	W_3	W
I	C_c	C_w	Y

A soma dos lucros dos três departamentos dá o lucro total:

$$P_1 + P_2 + P_3 = P$$

A soma dos salários dos três departamentos dá o salário total:

$$W_1 + W_2 + W_3 = W$$

A renda nacional pode ser obtida somando a última coluna ou a última linha. Temos, então:

$$P + W = Y \quad (1) \text{ leitura da coluna (vertical)}$$

$$I + C_c + C_w = Y \quad (2) \text{ leitura da linha (horizontal)}$$

De (1) e (2) temos:

$$P + W = I + C_c + C_w \quad (3)$$

mas como por hipótese os trabalhadores gastam todo o salário em bens de consumo, temos que o salário é igual ao consumo dos trabalhadores, ou seja:

$$W = C_w \quad (4)$$

Substituindo (4) em (3), temos:

$$P + W = I + C_c + W$$

$$P = I + C_c \quad (5)$$

Esta última equação não é apenas uma igualdade contábil. Para Kalecki, ela quer dizer muito mais do que isso. Quer dizer que o lucro é determinado pelo investimento (I) e pelo consumo dos capitalistas (C_c). Qual a razão que ele aduz para isso? Por que não dizer simplesmente que o lucro se divide em investimento e consumo dos capitalistas? A razão é simples. Os capitalistas não podem decidir *diretamente* sobre o lucro futuro. Mas podem decidir *diretamente* sobre o quanto irão gastar em consumo e em investimento. A decisão sobre o consumo e o investimento determina o lucro. E quanto mais gastarem, tanto maior será seu lucro. Eis uma conclusão paradoxal.

— Os capitalistas ganham o que gastam.

— Os trabalhadores gastam o que ganham.

Estas duas afirmações de Kalecki decorrem da equação (5). Não são jogos de palavras.

Para toda a escola clássica e neoclássica, isto tudo é muito estranho. Adam Smith fizera o elogio da parcimônia. O capitalista devia ser parcimonioso para aplicar em investimento o que deixara de consumir. Böhm-Bawerk, Fisher e todos os construtores da teoria neoclássica do investi-

mento afirmavam que o lucro era o prêmio pelo sacrifício que se faz ao adiar o consumo. Chega Kalecki e afirma exatamente o contrário: os capitalistas tanto mais ganharão quanto mais gastarem. E isto por uma razão simples: o volume da renda nacional não é dado como se fosse um bolo. A renda aumenta com os gastos e diminui com os cortes nos gastos. Está aqui todo o problema da *demandada efetiva*.

É bom notar que esta é também a conclusão de Keynes. Não é à toa que sua teoria pareceu tão revolucionária aos olhos neoclássicos.

14.5 OS SALÁRIOS E OS LUCROS

Segundo a visão neoclássica (e a visão do senso-comum, que nem sempre é visão de bom-senso), quanto maiores os salários, menores os lucros. É a "teoria do bolo". Se examinarmos bem, veremos que isto não é verdade para a economia como um todo. Voltemos ao esquema de Kalecki:

I	II	III	P
P ₁	P ₂	P ₃	W
W ₁	W ₂	W ₃	
I	C _c	C _w	Y

Se houver um aumento geral de salários, a curtíssimo prazo os lucros dos departamentos I e II irão diminuir. Mas o departamento III, que produz bens de consumo para os trabalhadores, terá seu lucro aumentado do mesmo montante em que subiram os salários. No conjunto, permanece a divisão entre lucros e salários. O que houve foi transferência de renda dos capitalistas dos setores I e II para os capitalistas do setor III. Isto porque:

$$W_1 + W_2 = P_3 \quad (6)$$

A equação (6) mostra apenas que o lucro do departamento III é igual à soma da massa salarial dos departamentos I e II.

A suposição implícita neste raciocínio é a de que os departamentos trabalham com capacidade ociosa. Portanto, com o aumento dos salários, o departamento III poderá aumentar sua produção. Não se esqueça de que o departamento III vende bens de salário e de que os trabalhadores

não poupam. A suposição de capacidade ociosa é realista. Kalecki a faz porque o sistema capitalista quase nunca trabalha com pleno emprego de fatores.²

Não sendo válida tal suposição, teríamos inflação no departamento III que, não podendo atender ao excesso de demanda decorrente de maiores salários, aumentaria seus preços. Esse aumento, por sua vez, se propagaria por todo o sistema, via pressões salariais.

Mantenhamos a hipótese da capacidade ociosa, que é a mais realista. Neste caso, os lucros do departamento III aumentarão. Este departamento multiplicará suas encomendas ao departamento I que, assim, verá aumentados seus lucros. Voltemos, agora, às equações (5) e (1).

$$P = I + C_c \quad (5)$$

$$Y = P + W \quad (1)$$

O aumento dos investimentos aumentará os lucros. O aumento dos lucros aumentará a renda que levará todo o sistema para um patamar mais elevado.³

14.6 A RENDA NACIONAL E OS DETERMINANTES DO LUCRO (EQUAÇÃO AMPLIADA)

Vamos agora ampliar o modelo. Ampliar o modelo significa levar em conta as relações do país com o exterior, isto é, seu saldo de exportações, os gastos do governo e a tributação. Neste caso, o produto nacional bruto será resultado das somas que aparecem nas duas colunas abaixo:

(1)	(2)
Lucros brutos menos impostos	Investimento bruto
Salários menos impostos	Saldo das exportações
<i>Impostos diretos e indiretos</i>	Gastos do governo
Produto Nacional Bruto	Consumo dos capitalistas
	<i>Consumo dos trabalhadores</i>
	Produto Nacional Bruto

Reescrevendo em símbolos a coluna (2), teríamos:

$$Y = I + C_c + C_w + E + G$$

onde:

Y	renda ou produto nacional bruto
I	investimento
C _c	consumo dos capitalistas
C _w	consumo dos trabalhadores
EX	saldo das exportações
G	gastos do governo

É evidente que os gastos governamentais terão tanto maior poder de ampliar a renda, quanto menores forem os impostos. Mas para se gastar mais do que se recolhe em impostos, o governo terá de contrair dívidas. Nesse caso teríamos déficit orçamentário. O G pode expressar o valor do déficit orçamentário. Pois bem, tanto o saldo líquido das exportações como o déficit orçamentário têm um poder multiplicador sobre os lucros. Estes serão tanto maiores quanto maiores forem o saldo de exportações e o déficit orçamentário.

O esforço que os países capitalistas fazem para conquistar e ampliar mercados avança nesta linha.

Keynes chegara à mesma conclusão. O que diferencia Kalecki de Keynes, neste aspecto, é que o primeiro mostrará que não interessa aos capitalistas que o governo use todo esse poder para eliminar o desemprego. A capacidade ociosa tem um papel funcional na economia capitalista, como já mencionamos. Elimina-la totalmente, por meio de gastos governamentais, traria desvantagens para os beneficiários do sistema: (1) aumentaria o poder de barganha dos operários, (2) diminuiria o poder decisório dos próprios capitalistas.

14.7 FATORES DETERMINANTES DAS PARCELAS QUE COMPÕEM A RENDA NACIONAL

No modelo ampliado, vimos que a renda nacional (Y) compõe-se dos seguintes elementos:

I	investimento bruto
C _c	consumo dos capitalistas
C _w	consumo dos trabalhadores
E _x	saldo líquido das exportações
G	deficit orçamentário

ou:

$$Y = I + C_c + C_w + E_x + G$$

2. Keynes, ao longo das páginas da Teoria geral, sugere que a situação normal numa economia capitalista é uma situação de não pleno-emprego dos fatores. Kalecki é mais explícito. Chega a apresentar uma explicação plausível para esse estado de coisas. Ver a esse respeito Os aspectos políticos do pleno emprego. In: KALECKI, Michal, Crescimento e ciclo das economias capitalistas São Paulo, Hucitec, 1980.

3. Ver Luta de classe e distribuição da renda nacional. In: KALECKI, Michal. Op. cit.

Temos de estudar agora os determinantes de cada uma dessas parcelas que compõem a renda.

14.7.1 Determinantes do investimento

Kalecki percebeu que a chave para se compreender a dinâmica do sistema capitalista está no investimento privado. O investimento público é importante, mas, como vimos, o governo não tem total autonomia para manipular seus gastos. Assim sendo, grande parte do esforço de Kalecki volta-se para a elucidação do problema dos determinantes do investimento privado. Abordou-o em vários trabalhos, de 1933 a 1968. Nunca deixou de se preocupar com o assunto.⁴ A linha de raciocínio que apresentaremos aqui baseia-se em dois trabalhos: *Teoria da dinâmica econômica*, partes terceira e quarta (Capítulos: 6 a 10) e *Tendências e ciclo econômico*, onde expôs sua última visão sobre o assunto, alterando um pouco a visão anterior.

A — Taxa de juros

A taxa de juros, tão importante para se explicar o investimento nas escolas clássica e neoclássica, tem pouco peso na exposição de Kalecki. Vejamos por quê.

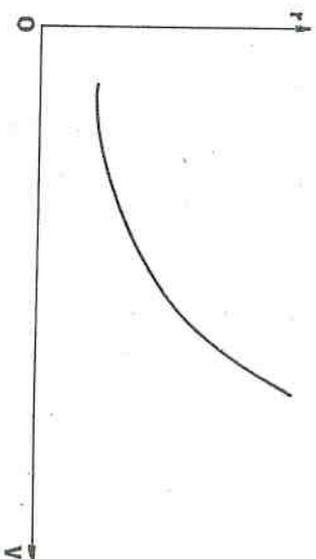
Kalecki separa a taxa de juros em taxa de curto prazo e taxa de longo prazo.

B — Taxa de juros a curto prazo

A taxa de juros de curto prazo não pode resultar da demanda e oferta de capital porque o investimento se autofinancia: o investimento cria sua própria poupança. A taxa de juros deve, pois, resultar da interação de outros fatores. Segundo Kalecki, ela depende do volume de transações T e da oferta monetária M , executada pelo Banco Central. Em sua teoria, a velocidade da moeda não é constante como na teoria quantitativa. A velocidade aumenta com o volume de transações. Teríamos:

$$\frac{T}{M} = V \quad (r)$$

onde T é o volume de transações, M é a oferta monetária, V é a velocidade da moeda e r é a taxa de juros de curto prazo. Graficamente:



Quando V é alta (isto é, quando a atividade econômica é mais intensa), será preciso um aumento maior da taxa de juros para motivar uma redução do encaixe monetário. A taxa de juros de curto prazo é o preço que se paga pela renúncia à liquidez.

C — Taxa de juros a longo prazo

É esta taxa de juros que os capitalistas levarão em conta em suas decisões de investimento. Como ela é estável, sua influência nestas decisões não é decisiva.

A taxa de juros de longo prazo é determinada por uma espécie de projeção futura das taxas passadas de curto prazo. Seria uma espécie de média móvel destas taxas. Além dessa média móvel, temos de levar em conta o risco porque a maturação de um investimento de longo prazo implica sempre maior risco. A taxa de longo prazo é, pois, composta da soma de duas parcelas: a média das taxas de curto prazo e a taxa de risco. Em símbolos:

$$i = r + h$$

onde r é a taxa de curto prazo e h é a taxa de risco. Já vimos antes que as taxas de curto prazo são instáveis e estão associadas ao nível da atividade econômica: quanto maior a atividade econômica, maior será a taxa. A taxa de risco (h) comporta-se de maneira inversa e tem papel estabilizador. Por que isso? Porque na porção ascendente e no auge do ciclo, quando são mais intensas as atividades econômicas, o otimismo empresarial cresce, diminuindo os riscos.

Normalmente, $i > r$ porque $i = r + h$. Mas como este r da fórmula é uma média, momentaneamente o i pode ser igual e até menor do que r . O importante a reter é que a taxa de juros de longo prazo é bastante estável e, sendo assim, os fatores decisivos no processo de tomada de decisão são outros.

D — Patrimônio líquido

Um dos fatores condicionantes do investimento é o patrimônio líquido da empresa. O patrimônio líquido exprime, em termos monetários, a parcela do ativo (bens e direitos) que pertence à empresa. O patrimônio líquido é, pois, o capital próprio da empresa incluindo aí os lucros. Um patrimônio líquido maior possibilita duas coisas:

- mais fácil acesso ao mercado de capitais;
- maior segurança e, portanto, financiamentos mais fáceis, mais rápidos e mais seguros.

Não é preciso gastar muita tinta para provar que, quanto maior o patrimônio da empresa, maiores serão suas chances de acesso ao mercado de capitais.

O caso dos financiamentos também é evidente. Tanto isto é verdade que um dos índices financeiros para se medir o grau de endividamento de uma empresa é a relação capital de terceiros/capital próprio ou, em linguagem mais condizente com a terminologia atual, exigível a longo prazo/patrimônio líquido.

Kalecki utiliza o conceito de *risco crescente* para mostrar a relação entre financiamento e capital próprio. Quanto menor o capital próprio, menores os financiamentos: elevar muito os financiamentos com relação ao capital próprio aumenta o risco empresarial. O risco será crescente se, mantido o patrimônio líquido, aumentarmos os financiamentos.

E — Os determinantes do investimento propriamente ditos

Tendo em mente o que dissemos antes sobre taxa de juros e patrimônio líquido, podemos indagar, agora, o que leva os capitalistas a investir. Kalecki fala separadamente de investimento em capital fixo e de investimento em estoque. Na *Teoria da dinâmica econômica*, ele mostra que o investimento em capital fixo depende positivamente da poupança (basicamente, lucros retidos das empresas e reservas dos capitalistas), da variação da taxa de lucro, de uma variável que chamaremos de b e *negativamente* do aumento de estoque de capital. Sobre este último item é importante notar que o investimento realizado cria *maior demanda* e também *maior capacidade produtiva* (aumenta o estoque de capital). No período seguinte, este aumento da capacidade produtiva terá de ser aproveitado. Isto significa que o estoque produtivo adicional aumentará a produção e esta

produção terá de ser absorvida. Nesse sentido, é evidente que um novo aumento da capacidade produtiva fica dependendo da taxa de lucro P/K , onde P é o lucro e K é o estoque de capital. Se o lucro P permanecer o mesmo, no período seguinte os investidores não serão tentados a investir, porque com o aumento de K e a manutenção de P , a taxa de lucro cairá. Contudo, se o lucro crescer, a tendência dos capitalistas será no sentido de investir mais.

Vamos recapitular. Temos inicialmente a poupança total S , composta basicamente das reservas das empresas (lucros retidos) e da poupança dos capitalistas. Estes últimos poderão investir um montante maior, igual ou menor que S . A variação dos lucros é decisiva nesse sentido. Se os lucros aumentarem, eles tenderão a investir mais no período seguinte; se diminuir, tenderão a investir menos. Mas o investimento ainda depende negativamente do aumento do capital fixo. Jorge Milgoli diz isso com precisão: "Se o lucro cresce e também o capital aumenta, então no momento seguinte não se investe tanto quanto se investiria se o estoque de capital não tivesse aumentado."⁵

Por fim, outro fator positivo é o fator b que se liga às mudanças e inovações.

Kalecki distingue *decisões de investir e investimento efetivo*. Indica por D a quantidade de decisões de investir em capital fixo, por unidade de tempo, e por F o investimento efetivo. Certo lapso de tempo deve transcorrer entre esses dois atos, devido ao período de construção e a fatores como atraso nas decisões etc.

$$F_{t+\theta} = D_t \quad (1)$$

Podemos agora recorrer aos símbolos de Kalecki para sintetizar tudo isto:

$$F_{t+\theta} = aS_t + b \frac{\Delta P}{\Delta t} - c \frac{\Delta K}{\Delta t} + b(t) \quad (2)$$

onde:

$F_{t+\theta}$ é o investimento no período t mais θ (teta)

a constante de proporcionalidade. Indica a porcentagem da poupança investida

S_t poupança total

b constante de proporcionalidade

$\Delta P/\Delta t$ variação do lucro

c constante de proporcionalidade

$\Delta K/\Delta t$ aumento do estoque de capital

$b(t)$ constante que sintetiza o efeito das inovações

5. MILGOLI, Jorge. Acumulação do capital e demanda efetiva. São Paulo, T. A. Quetroz, 1982. p. 284.

A equação acima diz, em símbolos, o que escrevemos até agora. O investimento no tempo t mais θ (teta) depende *positivamente* da poupança total, da variação do lucro e de uma constante $b(t)$, e *negativamente* do aumento do estoque de capital fixo.

Vamos agora estudar o investimento em estoque. Kalecki chama este investimento de Y . O investimento no tempo t mais θ (teta) será igual à taxa de modificação da produção do setor privado multiplicada por um coeficiente de proporcionalidade chamado e . Temos, então:

$$Y_{t+\theta} = e \frac{\Delta O_t}{t}$$

A relação entre alterações de estoques e modificações na produção varia muito de produto para produto. Se existe alguma estabilidade em e , esta advém da correlação entre as flutuações dos diversos componentes da produção total.

O investimento total é a soma do investimento em capital fixo com o investimento em estoque. O nível do investimento depende tanto do nível da atividade econômica quanto da taxa de variação desta atividade.

F — Nova tentativa

Kalecki não ficou inteiramente satisfeito com a solução anterior, dada ao problema do investimento. Por isso, continuou pensando no assunto. Em 1968 expôs sua última versão dos determinantes do investimento no trabalho *Tendência e ciclo econômico* (publicado em *Crescimento e ciclos das economias capitalistas*, edição Hucitec).

Esse trabalho deve ser lido com cuidado e muita atenção por ser abundante em símbolos matemáticos. Mas não é difícil, se tivermos o cuidado de ir anotando todos os símbolos, à medida que forem aparecendo. A idéia nova, com relação aos trabalhos anteriores, é a de que parte do lucro provém da inovação tecnológica. A inovação tecnológica, por sua vez, é procurada pelo aumento da produtividade que gera menores custos e, portanto, vendas a preços mais baixos. Por que investir, se a capacidade produtiva não está inteiramente utilizada? A única explicação plausível é a de que o investimento inovador baixa os custos de produção, abrindo a possibilidade de conquistas de novos mercados. A idéia implícita é a de que os capitalistas, ao investirem, não ajem com classe. Concorrem entre si. E nesta concorrência sairá vencedor aquele que conseguir a maior produtividade média do capital fixo utilizado. O aumento da produtividade média é fruto da inovação tecnológica que, por sua vez, resulta da competição intercapitalista para conquistar e manter mercados.

14.7.2 Determinantes do consumo

O consumo dos trabalhadores (C_w) permanece próximo ao nível de subsistência. Kalecki sugere essa idéia ao dizer que a poupança dos trabalhadores é pouco significativa dentro do sistema. No entanto, eles podem alcançar substanciais melhorias salariais e, assim, aumentar seu consumo se conseguirem organizar-se e formar sindicatos fortes. O consumo dos trabalhadores fica na dependência da organização política e sindical.

Vejamos, agora, os determinantes do consumo dos capitalistas. Já examinamos a equação abaixo, onde o consumo tem seu papel na determinação do lucro:

$$P = I + C_c \quad (1)$$

A equação seguinte mostra a função-consumo Kaleckiana:

$$C_c = A + qP \quad (2)$$

Esta equação se compõe de uma parcela semi-autônoma A , que varia muito lentamente, e de uma parcela qP determinada pelos lucros passados. Assim, uma parte do consumo dos capitalistas depende dos lucros do período anterior.

Se examinarmos bem a expressão (2), veremos que a constante q é uma constante de proporcionalidade muito semelhante à *propensão marginal a consumir de Keynes*: só que esta última relaciona o consumo à renda e o q de Kalecki relaciona o consumo ao lucro passado, como convém, aliás, a qualquer análise que leva em conta as divisões de classe na sociedade.

Substituindo (2) em (1), temos:

$$\begin{aligned} P &= I + A + qP \\ P - qP &= I + A \\ P(1 - q) &= I + A \\ P &= \frac{I + A}{1 - q} \text{ ou } P = \left(\frac{1}{1 - q} \right) (I + A) \end{aligned}$$

A expressão $\left(\frac{1}{1 - q} \right)$ é um multiplicador que poderíamos chamar

multiplicador kaleckiano. Este multiplicador afeta *diretamente* os lucros e só indiretamente a renda. O multiplicador keynesiano afeta *diretamente* a renda. Com essa ressalva, os dois multiplicadores são muito parecidos.

O q é um número entre 0 e 1. Isto porque os capitalistas não consomem todo o lucro, reinvestindo boa parte dele.

A e q são constantes apenas no curto prazo. No longo prazo, elas variam. Mas de qualquer modo, essa variação não é muito grande. Isso significa que o consumo tem papel secundário e que o principal determinante do lucro é mesmo o investimento.

14.7.3 Determinantes do saldo de exportação

Todos os países exportam e importam. O volume de importação, por exemplo, depende de inúmeros fatores, entre os quais o coeficiente de abertura do país e o nível de atividade econômica.

O coeficiente de abertura indica o grau de dependência do país com relação ao exterior. É sabido que pequenos países, como a Bélgica, a Holanda e o Japão, têm elevado grau de abertura porque não têm condições físicas ou geográficas de produzir muita coisa de que precisam. Eles importam muito, mas têm de exportar muito também, porque as importações são pagas com exportações. Com isto queremos dizer que a melhor maneira de obter moedas convertíveis é exportando.

O nível de atividade econômica também afeta as importações. Se esta atividade aumentar, certamente as importações aumentarão, porque grande parte dos produtos intermediários (energia, matérias-primas, insumos em geral) é importada.

Há outros países com menor coeficiente de abertura. Nesses, o problema das relações com o exterior é menos dramático. São países de grande extensão territorial e dotados de riquezas excepcionais. Mas mesmo esses países não podem prescindir do comércio exterior.

Quando determinado governo, por um motivo qualquer, precisa de moedas convertíveis, ele procura montar uma política capaz de conseguir saldos líquidos de exportação. A obtenção de saldos líquidos de exportação pode ser conseguida por vários caminhos. Um deles é diminuir as importações, mantendo as exportações. Este expediente leva frequentemente à recessão porque, ao restringir as importações de insumos, restringe-se também a atividade econômica no interior do país. Além disso, provoca repressálias por parte de outros países que se sentem lesados com esta política.

Outra maneira de aumentar as exportações é a desvalorização cambial. Ao desvalorizar a própria moeda, o país consegue vender seu produto a um preço mais baixo no exterior. Esta política tem, pelo menos, dois inconvenientes um deles é o estímulo ao protecionismo, o outro é o aumento dos preços dos produtos importados e a inflação daí decorrente.

Um exemplo. Suponhamos que o Brasil venda calçados aos Estados Unidos e que o preço de cada par de sapatos seja de Cz\$ 300 no Brasil. Suponhamos que a cotação do dólar esteja a Cz\$ 10. Isto significa que

são necessários dez cruzados para se comprar um dólar. O preço do par de sapatos em dólares será:

$$\frac{\text{Cz\$ } 300}{\text{Cz\$ } 10} = \$ 30 \text{ (30 dólares)}$$

Se o Brasil desvalorizar o Cruzado em 20%, isto é, se agora forem necessários Cz\$ 12 para se comprar um dólar, o preço do par de sapatos em dólares cairá para \$ 25 (300/12).

A um preço mais baixo, provavelmente o Brasil venderá mais calçados aos Estados Unidos, mas pagará 20% a mais quando, por exemplo, quiser importar petróleo.

Todos estes expedientes determinam o saldo de exportações, mas a política mais geral seguida pelos países capitalistas, no sentido de conseguir saldos líquidos de exportação, foi sempre o imperialismo: a expansão colonial. Este é o movimento básico para a consecução de saldos líquidos de exportação.

14.7.4 Determinantes do déficit orçamentário

Os capitalistas fazem muita coisa como classe, mas certamente não investem como classe. Pelo contrário, eles competem entre si e a competição intercapitalista é um dado importante na determinação do investimento, como já mostramos. Por isso, os capitalistas não têm um domínio completo sobre o investimento privado. A mesma coisa vale para as exportações, pois estas dependem também dos países importadores.

No caso do déficit orçamentário ou dos gastos governamentais, a coisa é diferente. Kalecki acha que os capitalistas têm um poder direto sobre este instrumento de determinação da renda. Para compreendermos a razão de tal modo de pensar é preciso situar Kalecki na tradição marxista e examinar como esta tradição considera o Estado e o governo. Segundo Marx e toda a tradição marxista, o Estado é o instrumento da classe dominante (classe capitalista). Essa afirmação não deve ser entendida de maneira simplória e sem qualificações. É claro que não se trata de um instrumento isento de contradições: as contradições e os choques de interesse existem no seio mesmo da classe dominante, e o Estado não pode escapar às tensões daí decorrentes. Além disso, este Estado tem de legitimar-se e ele só se legitima apresentando-se a todo o povo como guardião dos interesses gerais. Tudo isso faz com que seus atos sejam ambíguos, mas, no fundo, o Estado está mesmo a serviço da classe capitalista. É neste sentido que, ao intervir na economia (por exemplo, ampliando seus gastos), ele pode criar maiores oportunidades para a expansão dos lucros e a eliminação do desemprego. E, muitas vezes, ele age nesse sentido. Mas, ao fazer isso,

ameaça o poder decisório dos capitalistas. Por essa razão, estes últimos impõem certos limites à intervenção governamental na economia. Os limites surgem quando a ampliação da intervenção estatal ameaça a autonomia dos capitalistas ou certos valores do sistema de livre-empresa. Quando isto não ocorre, a ação estatal é aplaudida. Já dissemos antes que uma das maiores fontes de lucro e de geração de empregos, no mundo capitalista, é a produção de armamentos. Esta produção comporta, pelo menos, duas vantagens com relação a outros tipos de gastos governamentais: (1) neste processo, o Estado não se substitui ao setor privado, ele faz encomendas a este setor; (2) as armas podem servir também à defesa do próprio sistema.

Seja como for, um dos grandes instrumentos à disposição dos capitalistas para aumentar a renda e eliminar o desemprego é o uso do Estado para ampliar a demanda efetiva, mas, por razões pouco explícitas, eles o usam com parcimônia, a não ser no caso de gastos com armamentos. Sobre este último fato Kalecki diz o seguinte:

"De fato, atualmente o excedente econômico disponível é em grande parte usado para produzir armamentos. Assim, a economia é mantida pelas despesas em armamentos e o povo tem assegurado seu meio de vida por meio da manufatura de meios de destruição. Para um observador de fora, isso parece um perfeito absurdo, porque o excedente poderia ser usado para incrementar o investimento ou o consumo. Mas, na verdade, o excedente é desperdiçado ou pior do que isso.

Mesmo que seja um absurdo, tal método de manter o pleno emprego assegura ao capitalismo moderno um regular grau de estabilidade política, porque embora os níveis de consumo das massas não sejam tão altos como poderiam ser, ainda assim eles são mais altos do que os que prevaleceriam em condições de desemprego."⁶

14.8 PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

O grande problema dos países capitalistas desenvolvidos é o da subutilização de sua capacidade produtiva, subutilização que parece inerente ao próprio sistema. Já vimos que isso decorre de deficiência de demanda efetiva. O aparelho produtivo é suficiente para absorver toda a força de trabalho, mas, por falta de demanda, não a absorve.

No caso dos países subdesenvolvidos, o problema não é tanto o da subutilização da capacidade produtiva, embora esta também exista, mas o de um aparelho produtivo incapaz de absorver toda a força de trabalho. Dai resulta um padrão de vida muito baixo, não para todos, mas para a maioria da população. É preciso investimentos que ampliem o estoque de capital fixo; o problema é mais de oferta que de demanda. No entanto,

Kalecki é um homem preocupado com o bem-estar das massas. Para ele, só os investimentos não bastam: é preciso crescer, mas crescer dentro de um estilo que beneficie a todos. Esta é uma de suas preocupações fundamentais.

"O problema crucial dos países subdesenvolvidos é o aumento considerável do investimento, não a fim de gerar uma demanda efetiva — como é o caso numa economia desenvolvida, mas com subemprego —, mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável para o rápido crescimento da renda nacional. Haverá, todavia, três importantes obstáculos à aceleração do investimento. Primeiro, é possível que o investimento privado não se efetive a uma taxa desejável. Segundo, poderá haver deficiências de recursos físicos para produzir mais bens de investimento. Terceiro, mesmo se as duas primeiras dificuldades forem superadas, haverá ainda o problema do suprimento adequado de gêneros essenciais de consumo para cobrir a demanda resultante da expansão do emprego."⁷

Kalecki aponta soluções teóricas para a superação dos obstáculos mencionados. Mas faz questão de acentuar que são soluções *teóricas*, pois a implementação de tais soluções encontraria obstáculos formidáveis no plano institucional e político. Na verdade, para que tais soluções fossem efetivadas com êxito seria preciso planejar a economia, reorientar a estrutura dos investimentos no sentido de priorizar a produção de bens essenciais e alterar a estrutura tributária, pois nos países subdesenvolvidos, a estrutura tributária iníqua soma-se enorme evasão fiscal.

Tudo isso é muito difícil. Ao se referir à agricultura (que seria um dos campos prioritários da ação reformista, porque dela depende a produção de alimentos), ele diz que nem mesmo a reforma agrária seria suficiente, porque a experiência mostra que, mesmo quando a reforma agrária é levada a cabo, os camponeses continuam sob o domínio dos empregadores de dinheiro e dos intermediários.

Como se vê, os obstáculos que se erguem contra a solução desses problemas são todos de ordem institucional e política, não de ordem técnica. E Kalecki está tão consciente disso que chega a afirmar que a superação de tais obstáculos exigiria forças maiores do que as que levaram à Revolução Francesa.

14.9 SOCIALISMO VERSUS CAPITALISMO

Vejam algumas reflexões de Kalecki sobre economias socialistas. Como é sabido, as economias socialistas orientam-se por um planejamento central. Este planejamento apresenta características diversas de nação para nação e pode significar melhor aproveitamento dos recursos econômicos.

Conhecedor das economias capitalistas avançadas e das economias socialistas, Kalecki tem elementos mais do que suficientes para avaliar a maior ou menor racionalidade de cada um desses sistemas.

Por ocasião da abertura democrática, ocorrida na Polônia em 1956, surgiu o debate sobre o problema da alocação de recursos. Alguns economistas poloneses (talvez descontentes com a rigidez dos planos e a ineficiência burocrática) propunham a adoção de certos mecanismos do sistema de mercado para melhorar o aproveitamento dos recursos econômicos. Pretendiam, assim, conciliar os benefícios do sistema de preços com o planejamento socialista. Kalecki coloca-se contra esta corrente, por não ver maior racionalidade no sistema de mercado. O problema da persistente capacidade ociosa no capitalismo, com o desemprego daí decorrente, é indício mais do que suficiente do irracionalismo do sistema. Pelo menos se considerarmos a "racionalidade" do ponto de vista da sociedade como um todo e não do ponto de vista do sistema de empresas. Mas também é evidente que o plano pode ser melhor ou pior, mais ou menos democrático etc. É preciso melhorar o sistema de planejamento, não substituí-lo por algo pior. Esta é a posição de Kalecki. Nesta linha, ele se esforça por mostrar a necessidade de planos menos centralizados, menos autoritários, mais abertos à participação dos conselhos operários. Tais planos não estão isentos de risco, e só podem ser implementados mediante um processo de tentativa e erro. Apesar dos riscos inerentes a uma maior participação operária, os conselhos operários significam um avanço no caminho da democratização socialista e são defendidos por Kalecki.⁸

Outra preocupação desse autor refere-se à taxa de investimento nas economias socialistas. Devem estas economias privilegiar o investimento em bens de produção ou em bens de consumo? Qual a relação entre consumo e investimento? Qual deve ser a taxa de investimento em bens de produção? Deve ser maior ou menor que a taxa de crescimento da renda nacional?

A maior parte das respostas a estas perguntas depende dos objetivos dos formuladores de política econômica. Mas há também questões técnicas. A economia pode crescer a uma taxa constante, digamos, 5% ao ano. No entanto, se se quiser alterar a taxa de crescimento da renda nacional (passando-a de 5 para 8 por cento, por exemplo), será preciso que os meios de produção cresçam mais rapidamente que os bens de consumo. Trata-se de uma opção política, com apoio em estudos técnicos. É evidente que, ao privilegiar a produção de meios de produção, o consumo será, momentaneamente, prejudicado. Ou, como diz Kalecki: "a participação do consumo na renda nacional (C/Y) declina com a maior participação do investimento da renda (I/Y) e com a taxa de crescimento da renda ($\Delta Y/Y$)".⁹

8. Ver *Conselhos operários e planejamento central*. In: KALECKI, Michal. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo, Alfa, 1980. Volume organizado por Jorge Magalhães.

9. Ver KALECKI, Michal. Op. cit. *Dinâmica do investimento e da renda nacional na economia socialista*. p. 180 ss.

Tanto no capitalismo como no socialismo, o investimento é a chave para se descobrir a dinâmica da economia. Mas, não estando mais submetido às conveniências dos interesses privados, o investimento socialista é controlável.

Se compararmos a visão de Kalecki com a de Keynes, encontraremos semelhanças notáveis. Mas há também diferenças. Cada um desses autores tem sua própria visão do mundo, que surge de duas filosofias opostas no encaminhamento das questões econômicas.

QUESTÕES PARA REVISÃO

A leitura atenta do texto dá condições para que se responda às questões seguintes:

1. Situe Kalecki em sua época, e diga quais os principais problemas abordados em sua obra.
2. Alguns autores consideram Kalecki um keynesiano. Por que isso? De que linhagem ele descende?
3. Cite algumas diferenças entre a obra de Keynes e a de Kalecki.
4. Qual o principal livro de Kalecki e quando foi publicado?
5. Três vezes Kalecki renunciou a cargos e empregos, por solidariedade a amigos ou por fidelidade a certos princípios que ele julgava importantes. Este é um dos traços marcantes de sua personalidade. Cite as três circunstâncias que provocaram estas atitudes.
6. Repita o quadro de Kalecki sobre os três departamentos. Explique-o e mostre como ele chegou à conclusão dos determinantes do lucro.
7. Compare a posição teórica de Kalecki sobre **despesa, lucro e renda** com a posição de Adam Smith, Fischer e Böhm-Bawerk sobre os mesmos temas.
8. Um aumento da massa de salários provoca redução equivalente da massa de lucros. A luz do texto anterior, discuta esta afirmação mostrando todas as suas implicações. Imagine, por exemplo, que a massa de salários tenha aumentado em 10%. Quais as consequências disso para o conjunto da economia?
9. Hoje (1986), discute-se muito o déficit orçamentário do governo e a dívida pública interna, no Brasil. Este problema não é novo, e o próprio Keynes tem argumentos a favor do déficit governamental. No Brasil se diz que o déficit é fruto de ineficiência administrativa (o que pode ser verdade), mas ele poderia ser também resultado de uma opção de política econômica. Justifique esta última afirmação, à luz dos ensinamentos de Keynes e Kalecki.
10. Qual a equação ampliada da renda nacional? Comente-a.
11. Como Kalecki encara o problema da taxa de juros?
12. Explique como o capital empresarial (patrimônio líquido) condiciona as atividades das empresas no tocante ao investimento e explique o que Kalecki entende por **princípio do risco crescente**.
13. Que fatores determinam o investimento privado capitalista? Explique cada fator isoladamente e a evolução teórica de Kalecki neste assunto.
14. Quais os fatores determinantes do consumo?

15. Fale sobre os determinantes do saldo de exportação.
16. Fale sobre o determinante do déficit orçamentário. Este é um problema em moda, hoje. Qual a posição dos capitalistas diante do déficit e por quê?
17. Segundo Kalecki, a maioria dos problemas dos países desenvolvidos resulta de uma deficiência da demanda. No caso dos países subdesenvolvidos, ele tem outra posição. Explique esta posição.
18. Quando, na Polônia, surgiu a discussão sobre a necessidade de uma alocação mais eficiente de recursos, houve alguns teóricos que se posicionaram a favor do sistema de mercado (sem negar o caráter socialista da economia). Explique por que Kalecki se manifestou contra essa posição.

SUGESTÕES DE LEITURA

KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

Livro apresentado por Jorge Miglioli, professor da Universidade de Campinas (Unicamp) e grande conhecedor da obra de Kalecki.

Não aconselho que se inicie o estudo de Kalecki por este livro. O estilo é muito conciso, pois Kalecki, como Keynes, escreve para especialistas. Antes de abordar a própria *Teoria da dinâmica econômica*, leia o livro de Miglioli.

MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.

Trabalho excelente. A parte V é toda ela dedicada a Kalecki e prima pela clareza.

KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo, Hucitec, 1980.

A apresentação e organização do texto é de Jorge Miglioli. É apresentado, no final do livro, um esboço de programa de estudo da obra de Kalecki sobre economias capitalistas. Este programa foi seguido no curso de mestrado da Unicamp.

KALECKI — Coleção grandes cientistas sociais da editora Ática. Organizado e apresentado por Jorge Miglioli. É um volume muito bem estruturado. Publicação de 1980.

JOBIM, Antonio Jaime Gama. *A macrodinâmica de Michal Kalecki*. São Paulo, Graal, 1984.

Livro pequeno e claro. Apresentação de Maria da Conceição Tavares.

KALECKI, Michal. *Introdução à teoria do crescimento em economia socialista*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Uminiano Gu + Christophore.
Brasiliense
Kalecki

